

MEMÓRIA, EXPERIÊNCIA E CONTEMPORANEIDADE: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

MEMORY, EXPERIENCE AND CONTEMPORARY: DIALOGUE POSSIBLE

Ma. Leila Saads Pereira Martins*¹

RESUMO: O presente artigo visa tecer reflexões acerca dos conceitos de memória e experiência. A partir das análises de Pierre Nora e Reinhart Koselleck em diálogo com outros autores, pretende-se entender como o conceito de memória se articula ao de experiência, e de que forma esses conceitos se aplicam ao contexto da contemporaneidade e ao fazer historiográfico.

Palavras-chave: memória, experiência, sujeito, identidade

ABSTRACT: This paper intends to propose a reflection on the uses of the concepts of memory and experience. From the analysis of Pierre Nora and Reinhart Koselleck in dialogue with other authors, aims to understand how the concept of memory is linked to the experience, and how these concepts apply to the contemporary context and historiography.

Keywords: memory, experience, subject, identity

Quatro bilhões de pessoas nesse mundo / e minha
imaginação é como era. / Continua a comovê-la
o singular. / Esvoaça no escuro como a luz da
lanterna, / iluminando alguns rostos ao acaso /
[...] Escolho excluindo porque não há outro jeito,
/ mas o que rejeito é mais numeroso, / mais
denso, mais insistente do que nunca. / Às custas
de incontáveis perdas, um poeminha, um suspiro.

Wisława Szymborska, s.d.

Para Nora, houve um tempo em que os seres humanos habitavam suas próprias memórias. Tempo onde cada gesto, até o mais cotidiano, era vivenciado como uma repetição religiosa daquilo que sempre se havia feito, numa junção *carnal* do ato e do

* Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília - UNB.
E-mail: leila.saads@hotmail.com;

sentido (Nora, 1993: 9). Tempo como o dos judeus de antes – pois os de hoje sucumbiram aos apelos da modernidade –, cuja rotina diária se envolvia por completo nos rituais da tradição (Idem: 10). A memória, para Nora, também é temporalmente ambígua, pois carrega, simultaneamente, o passado e o presente. Mas a memória, *a verdadeira memória* – para usar uma frase do autor – não pode ser acessada de forma mediada; ela não pode ser recolhida em fragmentos, vestígios, marcas e indícios (Ibidem). Ao contrário, a *verdadeira memória* só existe se for, ela própria, expressão de continuidades: (re)vivida e (re)encenada no agora através da ligação inconsciente, perpetuada pelas tradições, entre passado e presente – num *continuum* onde não há espaço para rupturas.

É lugar comum, nas análises de diversas autoras e autores², das mais variadas áreas do conhecimento, a percepção de que, no mundo moderno, ocorre uma aceleração do tempo. *Ruptura, fragmentação, volatilidade, liquidez*: palavras que, com frequência, se conectam à noção de (pós)modernidade. Reinhart Koselleck, por exemplo, não foge a essa tendência quando analisa as passagens para a modernidade. Segundo ele, o mundo 80% camponês da Europa de duzentos anos atrás, vivia em harmonia com os ciclos da natureza (2006: 314).³ Existiria, à época, uma “transição quase perfeita das experiências passadas para as expectativas vindouras” (Idem: 315). Essa imagem parece afinada àquela trazida por Nora dos judeus *de antigamente*, reproduzida no parágrafo anterior. Koselleck, no entanto, não naturaliza essas imagens, revestindo-as de uma áurea idealizada e nostálgica, como o faz Nora em variadas passagens de seu texto.⁴ Para Nora, *a verdadeira memória* – aquela que se expressa *espontaneamente* e de forma

² Cf: BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Entre outros).

³ O próprio autor classifica o trecho como uma “forte simplificação”, mas justifica sua utilização como um recurso fundamental para o entendimento da tese central de seu ensaio “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” (KOSELLECK, 2006: 315).

⁴ Como, por exemplo, no trecho: “Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas

natural (Nora, 1993: 16, grifos meus) – estaria perdida nos tempos anteriores à modernidade, ou nas experiências ancestrais de etnias e grupos tidos como “primitivos”.

Ao afirmar que a verdadeira memória não pode ser acessada por meio de fragmentos e vestígios, Nora acaba evidenciando um problema metodológico de seu raciocínio: se a verdadeira memória sucumbiu à modernidade e se ela não pode existir em fragmentos indícios, como se pode afirmar certamente, a partir de um presente sem memória, que ela já existiu? A esse problema soma-se o fato do autor não ter explicitado as fontes nas quais baseou para evocar essa memória perdida, as fontes que cita em seu artigo “Entre memórias e histórias: A problemática dos lugares” (1993) já fazem referência a um tempo sem memória. Afirmar que existiu uma memória verdadeira é desistoricizar o próprio conceito de memória, tomando-o como uma característica humana não passível de transformação, atribuindo-lhe uma valoração (*verdadeira*) que não lhe é inerente, nem natural.

Koselleck, em contrapartida, trabalha a ruptura que segundo ele possibilitou a entrada na chamada modernidade, como resultado do aumento da distância entre *experiência* e *expectativa*.⁵ Segundo este autor, essas duas categorias “indicam a condição humana universal; ou, se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada.” (Koselleck, 2006: 308). Ao utilizar os mesmos conceitos para lidar com o tempo histórico antes da modernidade, no período de ruptura e já na modernidade, Koselleck explicita que, mesmo na descontinuidade existem permanências. E são essas permanências que permitem com que ele, um historiador localizado em seu próprio tempo presente, consiga através de vestígios do passado, perceber que em determinado período ocorreram transformações fundamentais na relação dos seres humanos com o tempo.

sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança.” (NORA, 1993: 9)

⁵ “Minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.” (KOSELLECK, 2006: 314)

Koselleck utiliza um conceito de *experiência* que abarca tanto a elaboração consciente e racional dos acontecimentos passados, quanto suas manifestações inconscientes no comportamento. Para o autor, “*a experiência é o passado atual*, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados.” (Ibidem, grifos meus). Ela não necessariamente se liga ao passado vivido de fato pelo indivíduo que a evoca, mas, também, pode conter traços geracionais, ou seja, experiências de outras pessoas. A *expectativa*, igualmente, liga-se tanto à esfera individual quanto à coletiva. Ela também tem lugar no hoje, “*é o futuro presente*, voltado para o ainda não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto.” (Ibidem, grifos meus).

Experiência e *expectativa*, para Koselleck, também são conceitos relacionais, adequados para se trabalhar a noção de tempo histórico, visto que entrelaçam as idéias de passado e presente. Mas, apesar de invariavelmente ligados, esses dois conceitos não coincidem. A experiência, na medida em que tem como matéria o que já passou, é carregada da idéia de totalidade e fechamento. Quando olhamos para trás (para os acontecimentos da 2ª Guerra Mundial, por exemplo) temos a impressão de perceber um todo, limites mais ou menos definidos, interligações, causas, conseqüências, cadeias de eventos etc. A experiência futura, ao contrário, antecipada na forma de expectativa, não consegue ser vista em sua totalidade, pois “se decompõe em uma infinidade de momentos temporais.” (Idem: 310).

Ainda sobre experiência, o autor escreve:

Tem sentido dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. *Não existe uma experiência cronologicamente mensurável* – embora possa ser datada conforme aquilo que lhe deu origem –, porque a cada momento ela é composta de tudo o que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros. Cronologicamente, toda experiência salta por cima do tempo, ela não cria continuidade no sentido de uma elaboração aditiva do passado. (KOSELLECK, 2006: 311, grifos meus)

Vejamos agora o conceito de *memória* trabalhado por Pollack e outros pesquisadores e pesquisadoras. . Em “Memória e identidade social” (1992), Pollack enfatiza as ligações entre memória individual e coletiva. Segundo o autor, ainda que a

memória pareça ser um fenômeno fortemente individual e íntimo, ela deve ser entendida, *sobretudo*, como um fenômeno coletiva e socialmente construído. Fenômeno este que se encontra em constante mutação (Idem: 201). A memória, expressa nos depoimentos orais, é aqui entendida como indícios do passado, como pistas, marcas, fragmentos que não trazem consigo uma verdade à espera de ser revelada pelo pesquisador. No processo de rememoração as experiências, sensações, histórias, impressões são evocadas a partir do presente. O que não quer dizer que o passado esteja de fato presente, tal qual aconteceu. Afinal, não há pontes possíveis que nos permitam transportar o passado, em sua integridade, até o presente. No processo de rememoração, este passado é sempre criado e recriado, visto de diversas formas e ângulos, composto por vivências, sentimentos, pessoas, espaços e lugares, valores, representações, sensações e silêncios. “Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente” (Stephanou & Bastos, 2005: 420).

O núcleo de investigação da história oral é a narrativa daquelas pessoas que se dispõem a contar suas histórias. Isso implica que o pesquisador tenha em vista perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos como, por exemplo, as ligações entre memória e história (Idem: XIV). A memória como fonte, recolhida e construída através de depoimentos orais, é complexa e guarda especificidades. Para Ecléa Bosi a memória “opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns.” (2003: 31). Sendo a memória *um trabalho sobre o tempo*, este substrato móvel e fluido (Idem: 51-52), algumas técnicas, instrumentos e metodologias tornam-se necessárias para fomentar e balizar sua utilização como fonte.

Para Rousso, a memória

(...) é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (...) Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda a vida humana; em suma,

ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 2006: 94)

De acordo com José Walter Nunes (2005) a (re)construção da história através da memória, produz, na realidade, uma (re)significação do passado. (Re)significação esta que opera através de uma relação temporal ambivalente, pois a memória carrega consigo o passado e o presente, transformando-os em algo distinto, algo que não é nem um nem outro. Como coloca o autor,

Assim, nessa relação temporal ambivalente, o que se recupera é a imagem do passado e não o passado. As questões do passado, inscritas no presente, são e não são o passado. São imagens do passado que, ao serem reconstruídas no presente, através da memória, expressam uma ambivalência do tempo presente, na sua forma do atual ou da atualização. (NUNES, 2005: 39)

Essas *imagens do passado* recuperadas – e produzidas – através dos processos de rememoração são o que também chamamos de *representações*. Dessa forma, a memória é encarada aqui como *representação do passado*. Segundo Sandra Pesavento, as representações são os meios pelos quais damos sentido ao mundo, ou seja, é através das representações que nós enxergamos o mundo. Para a autora, as representações são “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real” (2003: 39). Sua definição, apesar de elucidativa, é também ambígua. Ela parece fazer referência a um *real* que existiria fora das representações. Se esse real, que serviria de base para as representações, pode ser apontado dessa forma, então também seria passível de ser acessado.

A chave para a leitura da afirmação de Pesavento, no entanto, pode ser diversa. A expressão “não há representação sem objeto”, enfatizada por Denise Jodelet (2001: 23), pode nos fazer seguir por outro caminho interpretativo. Essa realidade, da qual trata Pesavento, parece fazer referência ao que Jodelet chama de “realidade exterior ao pensamento” (Idem: 22). A oposição constituída entre essa *realidade* e *pensamento* na escrita de Jodelet, enfatiza o caráter inacessível da primeira, pois só a enxergamos através do pensamento. Ou seja, aquilo pelo qual lutamos, brigamos, nos unimos e concordamos está sempre atrelado às *representações*: são representações construídas a

partir da ação de apropriação de algo e do pensar sobre esse algo. Como coloca Jodelet, “(...) as representações sociais são abordadas concomitantemente como produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade” (Ibidem).

Como observou Roger Chartier, a leitora, quando apresentada a um texto, o lê a partir de seu universo semântico. Ou seja, se apropria e transforma o texto, construindo representações a partir de suas vivências, experiências etc. Essas representações, contudo, não estão descoladas de uma materialidade, elas “manejam objetos cujas organizações comandam sua leitura, sua apreensão e compreensão *partindo do texto lido*” (1990: 178, grifos meus). Pesavento enfatiza a ambiguidade entre presença e ausência (representante/representado) nas representações, já que elas têm o efeito de tornar presente o que está ausente. Segundo a autora,

Aquilo/Aquele que se expõe – o representante – guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto – o representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. (PESAVENTO, 2003: 40)

Pesavento enfatiza a ambiguidade entre presença e ausência (representante/representado) nas representações, já que elas têm o efeito de tornar presente o que está ausente. Segundo a autora,

Aquilo/Aquele que se expõe – o representante – guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto – o representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. (PESAVENTO, 2003: 40)

Essa ambiguidade se reflete na tensão já mencionada por Nunes, entre passado/presente que se faz sentir na memória. Outra característica das representações, compartilhada pela memória, é a relação entre o individual e o social. Como assinala Jodelet, as representações constituem

(...) forma[s] de conhecimento[s], socialmente elaborada[s] e partilhada[s], com um objetivo prático, e que contribui[em] para a

construção de uma realidade comum a um conjunto social (...) [Ou seja, como] sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais (JODELET, 2001: 22).

Ecléa Bosi, ao empregar o termo *substância social da memória* (2003: 16) nos remete, assim como Rousso, a um diálogo que deve ser constantemente travado pelo pesquisador entre a memória individual e a coletiva. Este termo enfatiza a percepção de que, mesmo a memória mais individual, de alguma forma, se conecta a esferas da memória social. A memória precisa então ser analisada como um fenômeno construído tanto individual como coletivamente.

A memória individual contém relações mais ou menos explícitas com a memória coletiva, visto que as “molduras que são utilizadas como expressão da experiência individual evidenciam elementos que inundam o espaço das subjetividades: sensações, representações, sentimentos” (Beneduzi, 2009: 228). Dessa forma, a noção de personalidade se realiza a partir da interação entre os mais diversos componentes “narrativo-imagéticos que demarcam um sentido de pertencimento geracional, profissional, social [...]” (Ibidem). Entretanto, ao mesmo tempo, outros componentes demarcam o caráter singular de cada depoimento, afinal, as experiências de vida, as imagens de si, as relações sociais, constroem subjetividades que extrapolam o que é coletivamente compartilhado.

Halbwachs, com um exemplo simples de um passeio por Londres, fornece, no trecho abaixo, uma imagem interessante acerca das ligações entre as dimensões individuais e coletivas da memória:

Suponhamos que eu passeie sozinho. Será que poderá dizer que deste passeio guardarei apenas lembranças individuais, só minhas? Contudo, apenas em aparência eu passei sozinho. Passando diante de Westminster, pensei no que havia me dito meu amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que li sobre a abadia em alguma história). Ao atravessar uma ponte, pensei no efeito de perspectiva que meu amigo pintor apontara (ou que havia chamado minha atenção em um quadro, em alguma gravura). Eu me guiava referindo-me em pensamento ao mapa. (...) muitas impressões me faziam lembrar os romances de Dickens lidos na infância: eu passeava pela cidade com Dickens. Em todos esses momentos, (...) não posso dizer que estivesse sozinho. (...) Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do

que isso, elas me ajudam a recordá-las (...). (HALBWACHS, 2006: 30-31)

Entretanto, mesmo para Halbwachs, a dimensão coletiva da memória não poderia, por si só, explicar todas as lembranças das pessoas. Segundo este autor, na base de quaisquer lembranças haveria “um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível* – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social.” (Idem: 42). Esta afirmação do autor deixa transparecer uma crença em um núcleo individual, um centro, ao redor do qual, através das interações sócio-culturais, outras construções girariam, – o que lembra muito o “sujeito cartesiano” analisado por Stuart Hall⁶. Ao denunciar essa ruptura aparentemente total entre memória individual e memória coletiva, proposta por Halbwachs, Estevão Martins problematiza e questiona a construção dessa dicotomia. *Como separar de maneira tão absoluta o individual e o social? Como apagar o papel dos indivíduos na construção de suas próprias memórias?* (2007: 41). No entanto, em outro artigo, ao tratar da construção da identidade, Martins retoma e legitima essa dicotomia:

O processo histórico de tomada de consciência do meio ambiente cultural em que o indivíduo emerge pode ser comparado com um sistema de círculos concêntricos cujo centro é a subjetividade particular do indivíduo. Esse centro é suposto como o de um agente racional humano conformado segundo as características físicas e mentais normais. (MARTINS, 2012: 101)

Pressupor um sujeito anterior às relações sócio-culturais é, também, desistoricizar esta categoria. Se a ideia de *normalidade* (física e mental) é historicamente construída – como muitas pesquisas atestaram, em especial as de

⁶ “Descartes postulou duas substâncias distintas – a substância espacial (matéria) e a substância pensante (mente). Ele focalizou, assim, aquele grande *dualismo* entre “mente” e “matéria” que tem aflagido a filosofia desde então. As coisas devem ser explicadas, ele acreditava, por uma redução aos seus elementos essenciais à quantidade mínima de elementos e, em última análise, aos seus elementos irreduzíveis. No centro da “mente” ele colocou o indivíduo, constituído por sua capacidade de raciocinar e pensar. [...] Desde então, esta concepção do sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, tem sido conhecida como o “sujeito cartesiano.” (HALL, 2006: 27)

Foucault⁷ –, a afirmação acima já se torna problemática. Se Biologia e a Psiquiatria são construções humanas, cujas descobertas e pressupostos variam ao longo do tempo, como conceber que o corpo *normal* e suas funções físicas (mesmo as mais básicas como nascimento, alimentação, reprodução, excreção, morte) estão simplesmente dadas?

O conceito de *sistema sexo/gênero* evidencia muito bem a construção da dicotomia corpo/representação. As autoras que trabalham com esse conceito entendem que as influências sociais interferem não apenas na forma como a personalidade e o comportamento das pessoas são construídos, mas também nas formas como as pessoas enxergam, percebem, sentem e interpretam seus corpos. Assim, o sexo não seria a matriz biológica sobre a qual o gênero (representações sociais) é construído, ele seria, na verdade, produto do próprio gênero: os dois não estão desassociados. Para Teresa de Lauretis:

[...] o “sexo” não pode ser tomado de forma independente ou em oposição ao “gênero”, ao contrário, o “sexo” aparece também como um produto das relações e tecnologias de gênero. Assim, pretendo trabalhar “o gênero a partir de uma visão mais foucaultiana, que vê a sexualidade como uma “tecnologia sexual”; desta forma, propor-se-ia que também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais [...]. (LAURETIS, 1994: 208)

Para Butler, *nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida* (1998: 18). Segundo a autora, a crítica do sujeito não pode ser tomada como uma negação ou um repúdio da noção de sujeito, “mas um modo de interrogar sua construção como premissa fundamentalista ou dada de antemão.” (Idem: 19). Para a autora, “instalar o termo de tal forma que ele só possa ser afirmado ou negado é forçá-lo a ocupar uma posição dentro de um binário e assim afirmar uma lógica da não-contradição [...]” (Idem: 15). Seguindo o caminho da argumentação foucaultiana, Butler afirma que os sujeitos que agem, são eles próprios efeitos de ações anteriores. Segundo ela:

⁷ Cf: FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009. _____. *Problematização do sujeito: Psicologia, psiquiatria e psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Entre outras).

O que Foucault propôs é que esse sujeito é ele mesmo o efeito de uma genealogia que é apagada no momento em que o sujeito se toma como única origem de sua ação e o efeito de uma ação sempre suplanta a intenção ou o propósito declarado do fato, os efeitos da ação instrumental têm sempre o poder de proliferar para além do controle do sujeito, para desafiar a transparência racional da intencionalidade desse sujeito, e assim subverter a definição do próprio sujeito. (BUTLER, 1998: 21)

Assim sendo, o sujeito é aqui entendido como resultado de atos de diferenciação, supressão, exclusão que o distinguem de seu exterior constitutivo⁸. Voltando às relações entre memória coletiva e individual, acredito que seja mais interessante pressupor que as interações e diálogos com o mundo se processam de maneira diversa em cada indivíduo, não porque temos um núcleo que nos faz únicos desde o nascimento, mas porque cada um de nós tem *experiências de vida únicas*. Ou seja, se vivenciamos determinados acontecimentos em conjunto, nós também pensamos sobre eles e os conectamos a uma rede infinita de significados, – outros acontecimentos, sentimentos e informações, – com os quais tivemos contato, individualmente ou com outros grupos, ao longo do tempo. O resultado é que, por mais que as experiências sejam coletivas, a visão de cada pessoa, ou seja, a memória individual acerca dessa experiência, apresenta ao mesmo tempo aspectos singulares e coletivos. Essa noção traz a ideia de que a subjetividade é, *ao mesmo tempo*, uma construção e uma realidade (ou um fato, na maior parte do mundo que conhecemos). Afinal, construções assim influenciam, simbólica e materialmente, a produção de estruturas, significados, sentidos, representações sobre o mundo, por isso elas são reais, não no sentido de serem imutáveis e inquestionáveis, mas no sentido de produzirem efeitos de verdade sobre cada um de nós.

Para Pollak a memória se constitui a partir de alguns elementos: 1) acontecimentos vividos pessoalmente; 2) acontecimentos vividos *por tabela* (ou seja, acontecimentos que foram vividos pela coletividade da qual o indivíduo se sente

⁸ “[...] o domínio da política se constitui por meio da produção e naturalização do “pré” ou “não” político. Nos termos de Derrida, trata-se da produção de um “exterior constitutivo”. Gostaria de sugerir uma distinção entre a constituição de um campo político que produz e naturaliza esse exterior constitutivo e um campo político que produz e torna contingente os parâmetros específicos desse exterior constitutivo.” (BUTLER, 1998: 13)

participante); 3) pessoas e personagens conhecidas de fato; 4) pessoas e personagens conhecidas *por tabela*; 5) lugares de memória (ancorados em experiências pessoais, monumentos, datas comemorativas etc.) (Pollak, 1992: 201-202). Segundo o autor, a memória também possui determinadas características: ela é seletiva, é um construto (consciente e inconscientemente) e é um elemento constitutivo do sentimento de identidade (individual e/ou coletiva) (Idem: 203-204).

Diante do quadro conceitual apresentado por Pollak e outros autores supracitados, tendo em vista a discussão de Koselleck acerca do conceito de experiência, torna-se possível analisar as ligações existentes entre memória e experiência. Se a experiência, como em Koselleck, refere-se a acontecimentos que foram incorporados pelos sujeitos – não necessariamente vividos por eles – e à presença do passado (Koselleck, 2006: 308), não estaria ela invariavelmente ligada à memória? Para Koselleck, a experiência não é imutável, e é a sua localização no presente que lhe garante essa característica. Segundo o autor, experiências podem ser alteradas:

Seja porque a experiência contém recordações errôneas, que podem ser corrigidas, seja porque novas experiências abriram perspectivas diferentes. Aprendemos com o tempo, reunimos novas experiências. Portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo. Os acontecimentos de 1933 aconteceram de uma vez por todas, mas as experiências podem mudar com o correr do tempo. As experiências se superpõem, se impregnam umas das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Eis a estrutura temporal da experiência, que não pode ser reunida sem uma expectativa retroativa. (KOSELLECK, 2006: 312-313)

De acordo com Foucault, o que importa, no estudo das experiências, é desfamiliarizá-las, desnaturalizá-las, dispersá-las (Albuquerque, 2006: 06). Como interpretou Albuquerque Júnior, para Foucault, fazer uma história das experiências:

[...] não é, pois, fazer história do concreto em si, não é fazer história de objetos e sujeitos já dados, preexistentes à documentação que nomeia, explica, organiza, etc. [...] Foucault faz a história do que numa dada época foi chamada de experiência, o que possibilitou que aquela experiência fosse afluída e registrada como tal. A experiência, para Foucault, pois, não é uma voz do passado que foi esquecida e precisa ser salva, mas é uma fissura no silêncio, silêncio ao qual estão

condenados a maior parte dos seres humanos e de suas experiências. O que se deve perguntar, pois, não é, apenas, o que diz esta voz que rompeu o silêncio do passado, mas se perguntar por que ela pode romper este silêncio, que condições históricas permitiram que esta experiência não permanecesse sepultada no passado (Idem: 7-8).

A noção de experiência explicita as tensões e articulações entre passado e presente, memória e identidade. Ela faz referência não apenas a “um sujeito em ação, a um sujeito que se engaja na ação e dela participa, que sente a ação, pensa sobre ela e a reformula” (Kofes & Piscitelli, 1997: 345), mas também a um sujeito que é formado a partir das ações. E essa capacidade de “pensar sobre” e esse “reformular” implicam que as experiências podem ser transmitidas e (re)significadas a partir do presente e, também, a partir de experiências posteriores que tornaram possível o surgimento de outras interpretações. No processo de rememoração, no momento de produção de um saber acerca da experiência, os sujeitos podem selecionar, omitir ou enfatizar as experiências consideradas importante de serem rememoradas no presente.

Stuart Hall, ao tratar das experiências do movimento negro, explica como elas são um construto social, um modo de representação e imaginação que diz muito sobre como nos constituímos e o que somos. Como escreve o autor,

[...] tendemos a privilegiar a experiência enquanto tal como se a vida negra fosse uma experiência vivida fora da representação. Só precisamos, parece, expressar o que já sabemos que somos. Em vez disso, é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos. (HALL, 2011: 327)

A experiência da negritude, no sentido colocado por Hall, não existe em si mesma, não transcende as representações, encontrando sua origem em um passado longínquo ou dentro do próprio indivíduo. O *sujeito autorizado* da experiência é ele mesmo formado a partir de suas experiências, ou seja, é também um construto, produzido discursivamente. O social e o cultural são esferas que interferem nos processos de (re)significação da experiência individual. Como campos dinâmicos que são, essas esferas, na medida em que se transformam, alteram também as possibilidades, do ponto de vista do fazer historiográfico, de se pensar o sujeito e a experiência ao

longo do tempo – como fez Koselleck ao analisar as mudanças e rupturas na relação dos seres humanos com o tempo a partir da modernidade. As experiências têm historicidade; e embora possam exibir semelhanças e continuidades com outros momentos, elas nunca são as mesmas (Hall, 2009: 317).

Considerações finais

A memória tem como matéria-prima a experiência. Esta, por sua vez, é acessada no presente através da memória (ou seja, dos processos de rememoração). Para Nora, no entanto, o fim da memória pode ser percebido através da construção de *lugares de memória*,⁹ afinal, “se habitássemos ainda nossa memória não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares” (Nora, 1993: 9). Assim, para este autor, a memória é como um grande “bagagem de experiências” (na falta de uma metáfora mais apropriada), que se manifestaria na vida cotidiana, sem necessidade de operações mentais para torná-la acessível. Ou seja, ter contato com a memória era algo natural, pois essa bagagem estava presente de forma espontânea no dia-a-dia das pessoas. Na medida em que se torna necessário construir lugares de memória, ou seja, na medida em que o acesso à memória se torna indireto (mediado por esses documentos, monumentos, datas etc.) fica evidente, para Nora, que chegamos a uma sociedade sem memória.

Já foram feitas, anteriormente neste artigo, algumas críticas a essa hipótese de Nora. Outro questionamento, no entanto, pode ser acrescentado: *qual sociedade – por mais antiga, tradicional, autóctone que fosse – dispensou em sua configuração os lugares de memória?* As sociedades que conhecemos não tem (ou tiveram) todas os seus próprios ritos, símbolos, fábulas etc. que podem ser entendidos também como lugares de memória?

⁹ “Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, a um lembrete concentrado de lembrar. Os três aspectos coexistem sempre [...]. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua

Como dito anteriormente, a memória aqui é entendida como *um trabalho sobre o tempo* (Bosi, 2003: 51); ela não é algo dado, como um arquivo, mas um processo, um trabalho. Do ponto de vista da pesquisa histórica, a memória é formulada através indícios do passado, como pistas, marcas, fragmentos que não trazem consigo uma verdade à espera de ser revelada pelo pesquisador. A História estabelece uma dupla relação com a memória. Pois, ao mesmo tempo em que o historiador a utiliza como matéria (por meio das fontes), ele também, como efeito, está construindo uma memória sobre determinada questão. Assim, quando juntamos, conectamos, relacionamos, analisamos documentos e, a partir dessa análise, construímos uma narrativa histórica, estamos também criando e alimentando (outras) memórias e experiências.

Nora defende que a História só pode existir em uma sociedade que não tenha memória, onde ela se faz necessária, pois se torna fundamental juntar os fragmentos do passado (construindo, assim, lugares de memória), para que o tempo não escape de maneira tão absoluta. Segundo Martins, para Nora “a historiografia, ou a memória depurada por critérios metódicos, de certa maneira representa uma “deslegitimação do passado vivido.” (Martins, 2007: 43). Se entendermos a memória como uma representação construída sobre passado, qualquer ato de memória – e não apenas a historiografia – “deslegitima” o passado vivido. No entanto, como o passado vivido nos é inacessível em sua completude, não existe como avaliarmos se a operação historiográfica é em si uma deslegitimação desse passado vivido, ou se, pelo contrário, ela o está tornando possível, visível, legitimado no presente. O fazer historiográfico só seria um ato de deslegitimação se buscasse estar no lugar desse passado, concluí-lo, o que não é sua pretensão, de maneira geral.

Para Bosi, Rousso, Pollak e outros autores trabalhados neste artigo, a memória é encarada como a ação de olhar para o passado, pensar sobre ele, sempre a partir do presente, sem que seja possível transportar esse passado para o hoje, ou vivenciá-lo novamente. Essa relação com o presente implica que o passado não pode ser completamente encerrado, nem mesmo pelo fazer historiográfico, visto que a análise sempre tem como ponto de variação o tempo em que ela ocorre (presente). A História

transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência

está atrelada à memória e à experiência e, ao mesmo tempo, incide e age sobre elas. Na função de historiadores, selecionamos, excluímos, elegemos fragmentos do passado com os quais iremos trabalhar e, a partir dessas fontes, construímos, no presente, análises, narrativas, *memórias* que também não passam, elas mesmo, de fragmentos de um universo de possibilidades muito mais amplo. É como escreve Wislawa Szymborska no poema transcrito na primeira página deste artigo: “*Escolho excluindo porque não há outro jeito, / mas o que rejeito é mais numeroso, / mais denso, mais insistente do que nunca. / Às custas de incontáveis perdas, um poeminha, um suspiro.*”

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Experiência: uma fissura no silêncio*. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/experiencia_fissura_silencio.pdf> Acessado em: 21 de fevereiro de 2013.

BENEDUZI, Luís Fernando. Narrativas de uma imigração esquecida: imagens, escolhas e percursos da imigração de mulheres brasileiras na Itália. In: *Revista da Associação Brasileira de História Oral* (12), n.1/2. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2009. pp. 223-248.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In: *Cadernos Pagu* (11): trajetórias do gênero, masculinidades... Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1998. pp.11-42.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou.” (NORA, 1993: 21-22)

_____. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

JODELET, Denise. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias femininas, memórias e experiências”. In: *Cadernos Pagu* (8/9): Gênero, narrativas, memórias. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 1997. pp.343-354.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Rio de Janeiro: Rocco, 1994. pp.206-242.

MARTINS, Estevão de Rezende. O enigma do passado: construção social da memória histórica. In: *Textos de História* (15), n.1/2: *Dossiê a Escrita da História: Os desafios da multidisciplinaridade*. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História da UnB, 2007.

_____. O conhecimento histórico e sua rede fatorial. In: *Francisco Falcon*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* (n.10). São Paulo: PUC-SP, 1993. pp. 7-28.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos de Brasília*. São Paulo: Snnablume, 2005.

PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos* (5), n.10. . Rio de Janeiro: CPDOC, 1992. pp. 200-215. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1941/1080>> Último acesso em: 04 de julho de 2013.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: *Usos & abusos da história oral*. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.93-101.

RÜSEN, Jörn. *História viva: Teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

SZYMBORSKA, Wislawa. *Wislawa Szymborska: [poemas]*. PRZYBYCIEN, Regina (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.